

## **“Banco Central precisa rever regulação se quiser evitar risco para o sistema”, alertam trabalhadores**

Além de não resolver os principais problemas do setor financeiro do país, como as altas taxas de juros, exclusão financeira de parte importante da população e a concentração regional na oferta de crédito, as políticas de regulação do Banco Central (BC), na última década, aprofundaram os mesmos problemas que, somados aos novos fatores tecnológicos, podem estar contribuindo para um ambiente de crise financeira.

O alerta aconteceu na audiência pública "Sistema financeiro e seus impactos nas relações de trabalho", promovida na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), e mediada pelo deputado federal Reimont (PT-RJ), na última segunda-feira (5), a pedido do movimento sindical bancário.

O doutor em economia pela Unicamp e técnico do Dieese, Gustavo Cavarzan, mostrou que, nos últimos anos, o BC passou a atuar ativamente na formação da política de regulação do sistema financeiro, com o objetivo de aumentar a concorrência e, assim, resolver os problemas históricos que o país enfrenta: juros altos, crédito caro e exclusão financeira dos mais pobres.

A partir dessa proposta, o Banco Central estabeleceu regras menos rígidas para que instituições, que não são bancos, pudessem atuar com serviços bancários. Com isso, entre 2016 e 2024, o número de empresas de tecnologia que oferecem serviços financeiros (as chamadas fintechs), reguladas pelo BC, saltou de 1 para 258; e, ainda, que em menos de uma década, quatro fintechs (Nubank, Mercado Pago, Ame Digital e Pag Bank Seguro) passassem a figurar entre as dez maiores instituições financeiras do país, ao lado de grandes bancos tradicionais, como Itaú, Bradesco, Santander, Caixa e Banco do Brasil. "A regulação foi eficaz em impulsionar novos atores não bancários. Mas as promessas de maior crédito, menor juros e maior inclusão não foram alcançadas", destacou Cavarzan. A relação crédito/PIB, percentual entre o crédito concedido pelo sistema financeiro nacional e o valor do total de riquezas produzidas no país, em 2015, era 53,9%. Em 2024, o indicador estava praticamente no mesmo patamar (53,2%).

Segundo Gustavo, a entrada das fintechs no sistema financeiro nacional gerou uma movimentação de trabalho no setor, com redução do emprego bancário, mas com aumento de atividade no ramo financeiro. "Está havendo uma fragmentação do emprego no setor, que tem como consequência condições de trabalho precárias, menor remuneração, maior jornada, menor tempo de emprego, maior rotatividade e menos direitos", ressaltou.

Enquanto os bancos tradicionais pagam contribuição sobre lucro líquido de cerca de 20%, em média, as fintechs pagam 9%. Além disso, as fintechs não estão sob as mesmas responsabilidades que os bancos precisam cumprir sobre as questões trabalhistas e de segurança de dados dos clientes.

Os diretores do SindBancários Petrópolis, Cláudia Botelho e Sávio Barcellos, estiveram presentes na audiência.